

DEPÓSITO LEGAL
- 0. OUT. 1975

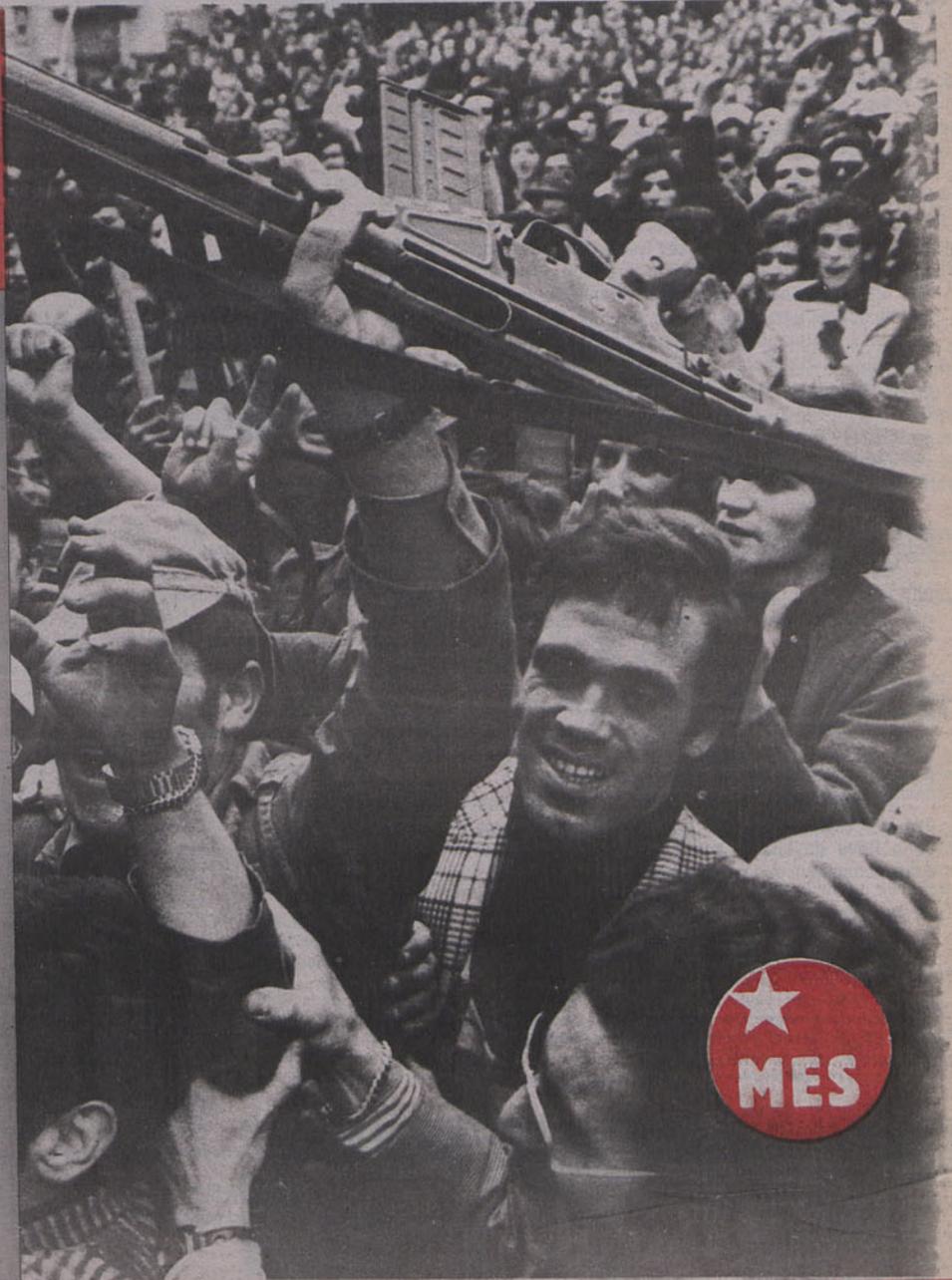
Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano 1N.º 10 (Nova série) 25 de Setembro de 1975 Preço 4\$00

**NA RUA
EM LUTA**

Dia 25
soldados
unidos
vencerão

Dia 28
F.U.R.
contra o fascismo
e a social-democracia



**POR UM EXÉRCITO
POPULAR REVOLUCIONÁRIO**

A.D.F.A. — contra a esmola — direito ao trabalho!

Na tarde do passado sábado, dia 20, os deficientes das Forças Armadas, cansados de esperar por promessas não cumpridas, feitas há já cerca de um ano, atravessaram as ruas de Lisboa em direcção a Belém exigindo a promulgação de um Diploma que ponha fim à situação difícil em que muitos deles se encontram.

Em chocante contraste com a forma como as mais altas instâncias do poder têm tratado outros casos decorrentes do problema colonial (pensemos por exemplo no caso dos retornados das colónias) de novo aqueles que são vítimas mais atingidas de uma guerra feita para manter os interesses de uma minoria exploradora, encontraram pela frente a indiferença expressa em promessas vagas de um capitão do Conselho dito da Revolução.

Os deficientes passaram então a outras formas de luta. Ocuparam os acessos ao Palácio Presidencial, detiveram os comboios para lerem os comunicados onde expunham a situação alertando as massas trabalhadoras para a justeza da sua luta. A solidariedade dos explorados e oprimidos não se fez esperar apoiando os Deficientes nas suas barragens, fornecendo-lhes alimentos a agasalhos para a vigília iniciada na noite de domingo. Enviados para o local, os soldados da P.M. expressaram o seu apoio à luta apoiando os Deficientes e dissuadindo com a sua presença hipotéticos provocadores.

Hoje os Deficientes já alargaram a sua acção esclarecedora à ponte 25 de Abril onde os automobilistas têm passagem livre.

Os Deficientes estão dispostos a avançar na luta pela defesa dos seus direitos mais elementares, pelo direito ao trabalho e por pensões justas para os mais atingidos.

A ADFa sempre se tem definido como Organização progressista não só através de tomadas de posição frente aos problemas da descolonização como no esforço pela integração dos seus membros numa sociedade capitalista que teima em os considerar como elementos improdutivos e marginais.

Transcrevemos a seguir extractos de comunicados que esta organização tem divulgado, informando o Povo de Lisboa dos objectivos da sua luta e da situação em que se encontram.

Os deficientes das Forças Armadas, vítimas de uma guerra injusta e assassina contra os povos irmãos das ex-colónias, encontram-se em luta desde sábado pela conquista da promulgação do decreto-lei,

que aguardam há 16 meses e que regularizará a nossa situação (reintegração e reabilitação).

Perante a posição intransigente dos órgãos do poder em não nos receber, decidimos: ocupar a Praça frontal ao Pa-

lácio de Belém, incluindo a paralização do tráfego na Marginal, por meio de barricadas. Perante a continuidade dessa intransigência, decidimos continuar a avançar na luta com ocupação da Ponte sobre o Tejo facilitando contudo a passagem dos utentes sem pagamento monetário. A posição do Senhor Presidente da República, continua teimosamente renitente, afirmando que só nos receberia se levantássemos as barricadas e nos desmobilizássemos, desistindo da nossa luta. Perante esta atitude, a nossa posição é só uma, **avançar até à aprovação do nosso decreto.**

O Conselho da Revolução invoca crise financeira. Na Ordem do Exército n.º 5, 2.ª Série a Páginas n.ºs 663 e

664 constam nomes e números que repugnam todos os explorados e oprimidos deste país. Entre outros citamos: general Joaquim da Luz Cunha, general André da Fonseca Pinto Bessa, general José Alberty Correia, general Horácio Emílio de Ávila Peres Pais Brandão, general Edmundo da Luz Cunha, general Kaulza de Oliveira de Arriaga.

Na referida ordem do Exército, verificamos que só para 19 generais oficiais, onde os acima citados estão incluídos, o Povo trabalhador está a pagar indevidamente desde o dia 30 de Abril de 1974 a quantia de QUATRO MILHÕESQUINHENTOS E OITENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS ESCUDOS por ano.

Perguntamos:

Não há crise económica para oficiais generais que foram as pedras basilares da estrutura repressiva e fascista durante quarenta e oito anos de ditadura?

Só existe crise económica para os deficientes das Forças Armadas, e para todos os outros explorados e oprimidos?

Outros escândalos serão denunciados ao longo da nossa justa luta. Contamos já com o apoio de muitos órgãos de Poder Popular. No entanto a luta agudiza-se. Confiamos que o Povo trabalhador e a classe operária, saiba encontrar formas de luta mais activa nos seus locais de

trabalho de apoio à nossa justa luta numa impetuosa movimentação de solidariedade, que una todos os explorados e oprimidos.

TIRARAM-NOS A CARNE — QUEREMOS JUS-

TIÇA.

REGRESSO SIM EMBARQUE NÃO — NÃO SEREMOS MAIS CARNE PARA CANHAO.

CONTRA A ESMOLA DIREITO AO TRABALHO.



COMUNICADO:

Pelas 17 horas e 40 minutos do dia 22-9-75, uma representação da Comissão de Luta foi recebida pelos delegados do Conselho da Revolução: majores Canto e Castro, Costa Neves e o capitão Sousa e Castro.

Depois de um debate de cerca de 2 horas e 30 minutos, depois de contactadas as bases, não chegámos a qualquer plataforma de entendimento.

Disseram-nos que não eram representativos do C.R. porque este era constituído por 19 elementos e eles eram só três (3).

Continuando o nosso problema sem solução a nível governamental, decidimos não abandonar o nosso campo de luta. Antes procuraremos encontrar novas formas de luta mais duras e eficazes.

Não podemos esquecer-nos que milhares de camaradas nossos que se encontram espalhados por este Portugal, depositam em nós o seu último raio de esperança.

Estamos aqui ao frio e com enormes sacrifícios, mas valerá a pena porque muito mais sofreremos nós nas guerras coloniais defendendo interesses dos capitalistas burgueses e, infelizmente, sem sacrifícios nada se consegue.

Exigimos ser recebidos pelo sr. Presidente da República.

Firmes e decididos continuamos a luta e continuamos a apelar para todos os deficientes das F.A. e civis, para todos os soldados e marinheiros e trabalhadores nos apoiarem nesta luta que é a luta da libertação a todos os explorados.

O apoio moral e material felizmente não nos tem faltado porque o povo sabe bem que a luta que travamos é justa.

Estamos fartos de promessas. O Decreto cá para fora!

Como nova forma de luta decidimos ocupar a ponte sobre o Tejo, sendo a passagem gratuita.

Lisboa, 23 de Setembro de 1975
A COMISSÃO DE LUTA

UNIR OS REVOLUCIONÁRIOS

Os dois aspectos mais importantes da actual fase do processo revolucionário são a desagregação do M. F. A. como força política de vanguarda no seio das Forças Armadas, determinante até agora, no bloqueamento institucional das aspirações da social-democracia em impor o livre jogo das instituições democrático-burguesas; e o ascenso da luta de massas a um nível qualitativamente novo com a entrada decisiva no movimento popular de massas dos soldados e marinheiros através das suas organizações autónomas de classe.

Assim, assiste-se a uma alteração substancial das condições em que assenta a acção política das forças populares o que exige uma clarificação imediata das nossas próprias posições face ao M. F. A. e ao movimento popular de massas.

É necessário dizer antes de mais, com toda a clareza que o facto de virarmos muito fortemente a nossa atenção e energias para a organização popular não corresponde a uma perspectiva liquidacionista em relação ao que até agora tem sido designado como M. F. A.

Nós nunca entendemos o M. F. A. como um todo homogéneo capaz de assumir a direcção do processo revolucionário até ao fim. Sempre, desde o 25 de Abril de 74, traçamos uma linha de demarcação entre os vários sectores que compunham o M. F. A. distinguindo o seu sector progressista e revolucionário daqueles outros sectores conservadores que só buscavam o momento mais oportuno para isolar e liquidar o M. F. A. enquanto força política institucionalizada e capaz de prosseguir uma política progressista, popular e revolucionária.

Mas, neste momento, nós não deixamos de contar com os militares progressistas e revolucionários do M. F. A. Em condições qualitativamente novas eles podem ainda desempenhar um importante papel no processo revolucionário. Consideramos, no entanto essencial que os oficiais e sargentos progressistas revolucionários se unam e estejam atentos às manobras oportunistas que os procuram dividir ou instrumentalizar partidariamente.

Não é em torno das opções deste ou daquele partido ou grupo político, nem em torno de miragens golpistas ou guerrilheiristas que se forjará, nesta nova fase, a capacidade militante para a participação e apoio dos oficiais e sargentos progressistas e revolucionários na revolução socialista.

O que é fundamental é que essa unidade seja forjada em torno de um projecto revolucionário e do apoio permanente, em actos e não em palavras, das acções de massas que permitam, criar definitivamente as condições para a tomada de Poder pelos trabalhadores.

Projecto político revolucionário que se consubstanciará num programa de unidade revolucionária no pleno desenvolvimento e aprofundamento do Poder Popular, na aplicação, com todas as consequências, de um plano de medidas económicas e

políticas que permitam a recomposição, alargamento e coesão do bloco social revolucionário e numa política de independência nacional face ao imperialismo.

Projecto político que, por sua vez, só poderá ter uma realidade prática e fornecer uma base para a unidade revolucionária, das Forças Armadas, se reconhecer que é condição essencial para a vitória da Revolução Socialista que a base popular das Forças Armadas, os soldados e marinheiros, afirmem decisivamente a sua força através da sua organização autónoma de classe.

A próxima fase do processo revolucionário exige uma ofensiva aberta em todos os terrenos decisivos onde se dá o confronto de classe.

O proletariado, urbano e rural, os camponeses pobres, as suas organizações de Poder Popular, os partidos e movimentos revolucionários não podem prosseguir com êxito as tarefas imediatas da Revolução se os trabalhadores fardados, os soldados e marinheiros, não cimentarem na luta contra os reaccionários nos quartéis e em todos os graus da hierarquia militar do exército burguês, a sua própria organização, capaz de abrir o caminho para a criação de um Exército Popular e Revolucionário.

Esta é uma tarefa essencial. Nela não estão interessados nem os reaccionários nem os reformistas.

Aqueles porque defendem interesses de classe inconciliáveis com os interesses do proletariado, porque estão do outro lado da barricada da luta de classes, lutando desesperadamente por impor uma disciplina reaccionária para o que se mostram cada vez mais importantes (veja-se a grande manifestação dos S. U. V. no Porto, os acontecimentos de Mafra, etc.); os réformistas porque vêem fugir-lhes das mãos a direcção da luta de massas cada vez em sectores mais decisivos para a condução do processo da Revolução que procuram sempre canalizar numa perspectiva tática seguidista em relação aos oficiais do M. F. A., a que tudo são capazes de sacrificar, inclusive a organização autónoma dos trabalhadores fardados cujos interesses proclamam defender.

É preciso, hoje mais do que nunca, não dar um palmo de terreno aos reaccionários a todos os níveis do combate de classe, incentivando o movimento de massas, organizando e unindo cada vez mais e mais as fileiras proletárias em torno dos seus organismos de classe.

É preciso criticar duramente a política seguidista dos reformistas em relação ao M. F. A., tomar a iniciativa colocando à cabeça das movimentações os verdadeiros agentes da Revolução Socialista — os proletários da cidade e do campo e os trabalhadores fardados.

Hoje o M. F. A. perdeu a sua capacidade institucional de oferecer uma barreira à política da direita e da social-democracia.

O seu núcleo mais radical e combativo manietado pela sua origem pequeno-burguesa e em muitos aspectos essenciais sob a influência da política seguidista do P. C. P. em relação ao M. F. A., ou tomando o caminho do anticomunismo militante enveredando, nesta fase, pela política da social-democracia (caso do Grupo dos «Nove») ou deixando-se isolar, foi obrigado a ceder à conciliação aceitando canalizar à força da mobilização popular para o apoio a compromissos de cúpula.

O M. E. S. lutará para que o resultado da desagregação institucional do M. F. A. não seja recuperado pela direita, pelo reformismo ou por aventureiros que sonham com a Revolução.

Essa luta tem o seu aspecto essencial no êxito do processo de unificação da vanguarda política do processo revolucionário, que tem de contar com forças civis e militares, e que nesta fase passa pela consolidação e desenvolvimento da F. U. R., pela cada vez mais profunda articulação dos órgãos de Poder Popular entre si e com as forças políticas revolucionárias, pelo aprofundamento da organização autónoma dos trabalhadores fardados em torno do órgão de coordenação e direcção que já foram capazes de criar os S. U. V.

Não pouparemos críticas e combates à política sectária de quem quer que pretenda chamar a si a exclusividade de condução de um processo revolucionário que exige para o seu avanço uma direcção unificada cimentada no combate de massas contra o fascismo, a social-democracia e o imperialismo num debate franco e aberto entre todos os revolucionários e todas as organizações e partidos proletários.

A unidade dos revolucionários, civis e militares é uma condição para a vitória da Revolução Socialista!

Sacavém

Um dos instrumentos fundamentais para que este período seja de duros combates que levam a grandes vitórias dos explorados e oprimidos deste país é a unidade de todos os revolucionários civis e militares para o qual aponta a construção da Frente de Unidade Revolucionária (FUR) em que o MES está firmemente empenhado.

É neste sentido que o núcleo do MES de Sacavém para melhor responder às necessidades deste período de luta decisivo, abriu uma Sede Local que será uma casa aberta a todos os trabalhadores e revolucionários, particularmente a todos os simpatizantes do MES.

SEDE DO M.E. S. DE SACAVÉM
RUA JÚLIO BRUNO DA COSTA PEREIRA, 64 SACAVÉM

NÚCLEO DO MES DE SACAVÉM

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00 I.1

apoio 300\$00 I.1

estrangeiro Europa 400\$00 I.1

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VIALE DE CORREIO N.º _____

PODER POPULAR
um projecto politico?

Poder Popular

jornal semanal
todas as 5^{as} feiras

Propriedade
do Movimento
de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 28 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



L. Oliveira e M. Vieira



À
VENDA

35\$00

PORTO—Começou o ataque social-democrata ao Poder Popular

O facto de o governador civil do Porto «socialista», representante do aparelho de Estado buguês, não reconhecer o Conselho Municipal do Porto, representante legítimo do povo por intermédio da integração dos órgãos de poder popular, tem dado origem a diversos incidentes que, com o afastamento de Corvacho, se tornam agora mais agudos, tendo-se na última semana assistido à intervenção policial ao «bom velho estilo», o que provocou vários feridos.

O secretariado da FUR divulgou um comunicado em que analisa tais factos:

«O Norte já começou a colher os frutos da «salvação». Corvacho saiu, veio Pires Veloso que, numa conferência de Imprensa, se pronunciou contra as Campanhas de Dinamização e a favor de uma disciplina à boa maneira antiga. A sua primeira acção foi «salvar» o Norte do Poder Popular, uma vez que o PS não gosta dele. Neste contexto, Cal Brandão «descobre» que o Conselho Municipal não está no Código Administrativo de Marçlo Caetano e, portanto, não existe. E, como o que não existe

1.º — **A P. S. P. continua a ser uma força repressiva.** Esta repressão vem de cima permitida por atitudes «legalistas» do poder civil instituído (representado por Cal Brandão) que se encontra com o povo apenas através das páginas do Código Administrativo. Puxando «corajosamente» desta bíblia caetanista de que estranhamente se tinha esquecido durante a permanência da C. Administrativa militar na C. M. do Porto, o dito «socialista em liberdade» libertou as forças repressivas para «dialogarem» com as massas populares.

2.º — **Estes acontecimentos coincidentes com a tomada de posse do «promissor» VI Governo Provisório, estão inseridos no contexto político-militar da região, seguindo-se às substituições dos camaradas militares, aos saneamentos à esquerda nos quartéis.**

Tentando retirar a ex-

para a social-democracia esta entende que deve ser reprimido, Cal Brandão chama uma aparatosa brigada da PSP que interveio como no tempo do fascismo, agredindo selvaticamente elementos das Comissões de Moradores que aguardavam o início da reunião, não poupando crianças, pessoas idosas e senhoras grávidas, uma das quais teve que ser socorrida no hospital, vindo posteriormente a abortar.»

Sobre a mesma matéria o secretariado do Porto do MES emitiu um comunicado em que afirma: «Algumas conclusões se podem tirar:

pressão de força que assiste à razão do Poder Popular os instrumentos civis da dominação da burguesia passaram à política de cerco das expressões revolucionárias que os trabalhadores vêm constituindo. A organização do exército popular da qual a manifestação dos S. U. V. foi a primeira expressão nesta cidade será a resposta necessária e eficaz que merecerão estas abusivas tentativas.

3.º — As massas populares têm o direito de executar as experiências de montagem dos seus organismos representativos como bem entenderem. O Conselho Municipal, de carácter consultivo, espartilhado pelo aparelho de Estado buguês onde se inseria, não sendo uma expressão de Poder Popular autónomo corresponde no entanto a uma efectiva conquista das organizações populares e é como tal que o poder buguês o pretende cercar e destruir.



Posição do Conselho Municipal

O CONSELHO MUNICIPAL DO PORTO — Conquista alcançada pelas organizações Populares (Comissões de Moradores, (SAAL NORTE), Comissões de moradores Bairros Camarários, Juntas de Freguesia, Comissões Sindicais dos SEGE, SETC, SEAS, Cooperativas, União dos Sindicatos, ADU's e abertas a todas as Organizações Populares) está a ser alvo de ataques por parte da burguesia não interessada no avanço do processo revolucionário em curso. Por isso, em sessão realizada na Praça Pública o Conselho Municipal DENUNCIA:

1.º — Saneamentos de Militares revolucionários nos quartéis da cidade e consequente tomada de posições de oficiais reaccionários;

2.º — Afastamento do Brigadeiro Corvacho do comando da Região Militar do Norte, o que originou o pedido de demissão da Comissão Administrativa Militar da C. M. P., por falta de apoio político-militar;

3.º — Repressão sobre os órgãos democráticos dos Soldados nos Quartéis;

4.º — Impedimento da realização da Sessão de 6.º Feira, dia 12 na sala das sessões e encerramento da C. M. à actividade do Conselho Municipal do Porto, dia 16;

5.º — Tomada de posição reaccionária do Governador Civil do Porto, ignorando a existência do C. Municipal;

6.º — Entraves já verificados na C. M. P., à actividade das Comissões de Moradores.

CAMARADAS!

A reacção fascista nos quartéis através do saneamento de revolucionários, tem permitido que a burguesia, vendo o avanço das organizações de base, tente a todo o custo destruir as conquistas alcançadas pelas MASSAS POPULARES. O primeiro sintoma da sua força é concretizada pelo afastamento do Brigadeiro Corvacho, homem do Poder Popular, colaborador das Organizações Populares. A falta de apoio à Comissão Administrativa Militar que dirigiu a C. Municipal, com pleno apoio das organizações populares visava a liquidação do Conselho Municipal, o afastamento das Massas Populares, o que lhes permitia continuar com as falcaturas, a corrupção e as manobras de gabinete, resolvendo, como no fascismo, nas costas dos trabalhadores.

Também os Soldados, Sargentos e Oficiais revolucionários dentro dos quartéis, vêm abater a repressão sobre si e sobre as suas organi-

zações democráticas. Na maioria dos quartéis desta cidade foi impedida a participação de representantes no Conselho Municipal, concretamente no R.C.P. e embora tivesse sido aprovada a participação em assembleia, o comandante à boa maneira fascista, não o permitiu.

A tomada de posição das forças da burguesia através do seu representante, o governador civil do Porto, divulgada hoje nos órgãos de Informação merece do Conselho Municipal a seguinte resposta:

A) — **Quem é o Governador Civil para se permitir afirmar não ser legal a existência do Conselho Municipal? Que legalidade defende?** A legalidade revolucionária das Organizações Populares ou a «legalidade» fascista do Código Administrativo, escrito por Marcelo Caetano e seu livro de cabeceira?

O Conselho Municipal é indiferente às decisões de quem nada representa para os trabalhadores, e reafirma que só as Organizações Populares decidirão da sua existência.

A Comissão de Gestão nomeada pelo governador civil tão «legalmente» já está a dar os seus «frutos».

a) — Ao abrigo de um despacho de 1960 foi proibido o funcionamento dos serviços para além das 17.30 horas, o que representa um real prejuízo para o Povo Trabalhador, que só poderá tratar dos seus assuntos depois das horas de trabalho, nomeadamente no Gabinete dos Bairros Camarários e no Coordenador SAAL (Câmara).

b) — **Cancelamento de todo o apoio, materiais etc., às Comissões de Moradores** que da anterior C. A. Militar obtinham com facilidade.

B) — **O Conselho Municipal denuncia ainda que os elementos que compõe a actual Comissão de Gestão são conhecidos fascistas** e por tal não oferecem o mínimo de confiança às organizações populares que não querem ver a sua Câmara Municipal transformada em baluarte da reacção da nossa cidade.

Assim, em nome dos muitos milhares de trabalhadores desta cidade EXIGIMOS:

— Que a Câmara Municipal do Porto seja posta ao serviço dos trabalhadores;

— O controlo da gestão e fiscalização dos serviços por parte dos trabalhadores através das suas organizações.

**ABAIXO A REACÇÃO
POR UMA CÂMARA AO SERVIÇO DO POVO**

LISBOA — avançar, poder popular

Promovida por grande número de organizações de poder popular (CTs e CMs) realizou-se na passada quinta-feira uma grande manifestação em que as massas trabalhadoras demonstraram de forma impressionante a sua firme disposição de luta e o seu elevado grau de mobilização.

Esta iniciativa revestiu-se de particular importância no momento em que toma posse um Governo de direita, em que os capitalistas pretendem destruir a força dos órgãos de poder popular e expulsar dos quartéis os militares revolucionários. Tornam-se, pois, decisivas as acções unitárias que dão corpo a uma forte ofensiva popular.

É assim que, apesar do tom recuado e defensivo das palavras de ordem (que, nomeadamente, não desmascaravam com suficiente clareza o VI Governo de cedência à ofensiva da burguesia) foi muito grande o apoio e a adesão dos órgãos dos trabalhadores e orga-

nizações políticas de vanguarda — entre as quais se contavam o MES e a FUR.

ORGANIZAR O PODER POPULAR

Mas se a manifestação foi grandiosa e demonstrou a força da classe operária e das massas trabalhadoras, não ficou por aí a sua importância — é extremamente significativo o facto de se ter sentido a necessidade de criar uma base organizativa que coordene a acção das comissões de trabalhadores. O secretariado da manifestação desde logo reconheceu a necessidade de estender a sua acção para além desta iniciativa.

O manifesto que elaborou, lido no final da manifestação, contém uma primeira definição da situação política e o esboço de um programa de luta.

Aí se lê:

«As lutas e as vitórias conseguidas pela classe operária, pelos camponeses e outros trabalhadores contra o fascismo —

ficarão para sempre assinaladas na nossa história — ao lado das lutas de libertação dos povos subjugados pelo colonialismo português — como as alavancas mais poderosas na criação das condições para a queda do fascismo em 25 de Abril de 1974.

«A nossa presença aqui é a continuação das nossas lutas nas fábricas, nas oficinas e nos escritórios, nos bairros, nos campos, nos quartéis e nos bancos.

«Em vésperas da constituição de um novo Governo, devem os trabalhadores manifestar desde já a sua firme oposição a um Governo de direita e a decidida recusa de quaisquer Ministérios que, de forma velada, venham a reflectir a tomada do poder pelos sociais-democratas e bandos fascizantes».

Alguns pontos do programa de luta:

«1. Avanço do controlo operário, alargando-o a todas as empresas e impondo a sua aceitação integral;

«2. Avanço das organizações das assembleias populares;

«3. Fim ao desemprego, com a adopção urgente de medidas práticas para a satisfação das reivindicações sociais mais sentidas pelas classes trabalhadoras e pelo povo português;

«4. Melhoria das condições habitacionais, dos meios de comunicação, higiene e saúde para toda a população trabalhadora».

PLENÁRIO DE COMISSÕES DE TRABALHADORES

No final foi anunciada a convocação para breve de um plenário de comissões de trabalhadores da zona de Lisboa e margem sul, para discussão de um programa de luta e eleição de um secretariado permanente.

A realização deste plenário, apresenta importância decisiva, no avanço da organização dos trabalhadores. Ele deve merecer o apoio e activa participação de to-



dos os revolucionários, de todos quantos estão empenhados na construção do poder popular.

É decisivo que os órgãos de poder popular coordenem e generalizem a sua actuação.

É decisivo que o secretariado a formar se não burocratize na acção, que se encontrem formas organizativas que permitam total mobilização e correcta direcção das massas trabalhadoras.

É decisivo que se chegue a acordo num programa de acção anticapitalista e anti-imperialista, capaz de unir as massas no combate a todos

os exploradores.

Para tudo isto é indispensável evitar a instrumentalização partidária, o «controlo» reformista ou outro, que pretenda impor-se sobre esta organização nascente.

Assim se garantirá que em cada momento os seus objectivos sejam os da classe operária, os da revolução socialista.

Lutar para garantir uma direcção correcta aos órgãos de poder dos trabalhadores, de modo que os seus objectivos sejam em cada momento, os da classe operária e da revolução socialista é tarefa prioritária de todos os revolucionários.



28 de Setembro manifestação promovida pela F.U.R.

No dia 28 de Setembro a F. U. R. promove em Lisboa uma grande manifestação de luta contra o fascismo e o capitalismo, pelo avanço do poder popular a caminho do socialismo.

Há um ano foi derrotada a primeira tentativa de recuperação pela burguesia do processo revolucionário iniciado

em 25 de Abril.

O cabecilha era Spínola, que visava restaurar «a pureza da revolução». Hoje, um ano volvido, novos «puristas» surgem, tentando mais uma vez travar a luta das massas trabalhadoras pela sua emancipação.

Já conseguiram ocupar as cúpulas da organização do Estado. Têm o sexto Governo e são maioritários no «Conselho da Revolução». Estão nos «Estados-Maiores» e à frente de muitas unidades militares. Pensam poder levar avante a sua ofensiva antipopular.

Mas as massas de explorados estão já acordadas para a luta contra os opressores. As comissões de trabalhadores, as comissões de moradores e os comités dos soldados de que o S. U. V. é caso exemplar unem e organizam todos quantos lutam pela destruição dos parasitas burgueses e pela construção da sociedade socialista.

O 28 de Setembro representa um importante momento da luta de classes em Portugal. Como há um ano, também agora é necessário dar combate aos novos Spínolas.

Aqui relembremos passagens da declaração emitida pela comissão política nacional do M.E.S. em 29 de Setembro de 1974.

A situação que conduziu ao golpe não pode ser considerada surpreendente.

A estrutura do poder saído do 25 de Abril veio também facilitar o reagrupamento ofensivo do grande capital e dos agentes da burguesia. Criaram-se órgãos de soberania sobre os quais nem o M. F. A. nem as massas populares exerceram um controlo permanente e efectivo.

Se a benevolência do poder e a sua cumplicidade com algumas das camadas mais reaccionárias facilitaram a eclosão da tentativa de golpe autoritário, é pre-

ciso afirmar com força que esta crise só foi possível porque não se tomou nenhuma das «medidas anti-monopolistas» previstas no Programa do M. F. A., porque o saneamento, quer nas empresas, quer no Estado, quer nas Forças Armadas, não foi levado até às últimas consequências, e foi até, em muitos casos, lavado, porque se manteve e, sob certos aspectos, se reforçou a hegemonia económica do capital financeiro, porque o capitalismo permaneceu intacto e criou rapidamente condições que lhe permitiram utilizar o M. F. A. como seu instrumento

AOS CAMARADAS
SOLDADOS E MARINHEIROS

Camaradas:

Eis-nos chegado o momento decisivo!

Ninguém já tem dúvidas sobre o carácter reaccionário de certos oficiais das Forças Armadas que cheios de medo dos avanços das classes trabalhadoras lançam agora o seu ataque contra as conquistas revolucionárias.

Mas atenção camaradas!

As forças contra-revolucionárias para serem bem sucedidas nas suas arremetidas fingem-se defensoras das classes trabalhadoras, dizem-se anti-capitalistas. Devemo-nos sempre lembrar que o Fascismo/Nazismo, na sua fase de ascensão, sempre arvorou a bandeira de defensor das classes trabalhadoras, sempre se disse profundamente anti-capitalista.

Só assim conseguí o apoio de amplas massas pequeno-burguesas.

Camaradas!

A política de conciliação de classes do partido reformista — P. C. P. — e a política social-democrata do P. S. e P. P. D. conseguiram uma união de todas as forças de direita em torno do campo militar dos «nove», que agora tenta recolher o fruto do seu trabalho contra-revolucionário.

Trata-se antes de mais de restaurar a disciplina baseada no R. D. M. Isto passa pela destruição das estruturas democráticas dentro dos Quartéis: passa pela abolição das A. D. Us, G. D. Us e Plebiscários de Unidade; passa pelo restabelecimento do poder aos oficiais; passa pela repressão intensiva de todas as movimentações dos soldados.

Mas isto é o primeiro passo, camaradas.

Depois virá a repressão sobre os nossos irmãos das fábricas e dos campos através da eliminação das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e dos Conselhos de Aldeia, através da violação física sobre os nossos camaradas que avançaram na Reforma Agrária, nas ocupações de fábricas e na formação de estruturas democráticas de classe.

Será para exercer essa violência sobre os nossos irmãos trabalhadores que nós, soldados, seremos chamados.

Camaradas, temos que nos opôr decidida e organizadamente a este avanço das forças capitalistas.

Camaradas!

Temos que de imediato:

- lutar pela manutenção nas Unidades dos militares progressistas;
- desmascarar todas as manobras que dizem-se pelo avanço da revolução são concreta e objectivamente contra-revolucionárias;
- desmascarar todos os oficiais que dizendo estarem com as massas trabalhadoras mais não fazem que abrir o caminho ao fascismo;
- unificar e organizar as nossas forças ao nível de Unidades Militares a fim de podermos opôr a força da nossa Unidade à «força» do R. D. M. dos oficiais fascistas;
- lutar pela conquista de melhores condições de higiene, alojamento e alimentação assim como pela melhoria do pré de miséria;
- lutar pelo reforço das conquistas democráticas dentro e fora dos quartéis.

AVANTE PELO PODER POPULAR!
SOLDADOS SEMPRE AO LADO DO POVO!
AVANTE PELO EXÉRCITO POPULAR!

POR UM EXÉRCITO POPULAR REVOLUCIONÁRIO

Intervenção de um camarada do S.U.V. na conferência de Imprensa clandestina

«Eu estou aqui mandatado pela S.U.V. do Porto (Soldados Unidos Vencerão) organização de classe no interior do Exército, organização dos trabalhadores no interior do Exército. E somos obrigados a aparecer desta maneira clandestina diante de vós não porque seja essa a nossa intenção, fazer «clandestinites», mas porque efectivamente nós não temos os direitos mais elementares de expressão, e somos portanto obrigados a recorrer a estes métodos.

Camaradas, a questão que se põe da organização dos soldados no interior dos quartéis é uma questão que é decisiva. Fora dos quartéis os trabalhadores nos bairros, nas fábricas e nos campos, souberam encontrar as suas formas organizativas através das quais eles defendiam os seus interesses. Organizados nas comissões de moradores, nas comissões de trabalhadores, nos conselhos de aldeia, os trabalhadores sabiam como discutir os problemas que são os seus e sabiam como impor a sua força.

Nós dentro dos quartéis temos também efectivamente problemas. Porque temos esses problemas

idênticos aos nossos irmãos de classe fora dos quartéis, nós necessitamos também de uma forma de organização de classe, autónoma, que nos defenda a nós, trabalhadores, enquanto trabalhadores fardados.

As questões põem-se sempre em termos que não podem ser escamoteados. Há explorados e há exploradores. Há oprimidos e opressores. Nós estamos do lado da barreira dos oprimidos e explorados. Nós, os soldados, é nessa medida que para defender os nossos interesses, mesmo os mais elementares, porque realmente pouco se modificou neste sentido (as nossas reivindicações concretas depois do 25 de Abril não foram resolvidas: questões do pré, dos transportes, da disciplina, da disciplina militarista; fazer lembrar que o R.D.M. é ainda o R.D.M. fascista) defender o nosso direito de nos exprimirmos enquanto soldados e podermos nos organizar enquanto tal no interior dos quartéis, recusar toda e qualquer espécie de tentativa de fazer com que nós, trabalhadores fardados, ataquemos os nossos irmãos de classe lá fora, todavia estas questões só podem ser resolvidas se nós

tivermos a possibilidade de nos organizarmos, enquanto trabalhadores, se nós tivermos a oportunidade de apresentar uma alternativa que seja nossa, como trabalhadores, e não formos à trela de absolutamente ninguém.

Neste aspecto quero referir-me a uma determinada cedência que nós, como movimento de classe, já fizemos e que estamos a pagar bem caro, inclusivamente ao perder o apoio de determinados sectores como os nossos irmãos camponeses, ao perder a combatividade de alguns nossos camaradas por causa dessas mesmas cedências, por ter sido posto à trela do M.F.A., organização de oficiais do Exército e do conjunto das Forças Armadas.

Nós não somos contra os oficiais. Nós não queremos fazer passar os oficiais para o outro lado da barreira. Nós dizemos precisamente aos oficiais que se eles efectivamente querem estar com a Revolução têm que ter posições bem claras acerca de um conjunto de pontos. Têm que estar dispostos a lutar contra a reacção. Devem aceitar que esta luta só é possível com uma ligação bem es-

treita entre nós, trabalhadores fardados, e os trabalhadores de fato macaco e os trabalhadores com a enxada às costas. Devem concretamente recusar qualquer espécie de repressão que a disciplina militarista e os oficiais reaccionários querem infligir, querem atacar. Se os oficiais tomarem uma posição bem concreta sobre estes pontos, nós estamos certos, e muitos deles já estão conosco organizados inclusivamente nos S.U.V., nós estamos certos que poderemos catalizar e agregar a nós dezenas e dezenas de oficiais.

Vemos pois que, tal como os camaradas de classe fora dos quartéis, nós também tivemos necessidade de nos organizar. Mas também constatamos que se a organização dos trabalhadores, através das suas formas autónomas como as comissões de moradores, as comissões de trabalhadores, os conselhos de aldeia, que atingiram fora dos quartéis já uma representatividade efectiva, que já demonstraram uma força real, que conquistaram vitórias, e algumas delas decisivas, não foram contrabalançadas no interior dos quartéis por um tipo idêntico, autónomo, de classe,



não foram contrabalançadas pois por uma existência de idêntica força de comissões de soldados. É por causa disso, camaradas, que o S.U.V. existe. «Soldados Unidos Vencerão» é uma frente que pretende incentivar as condições que permitam precisamente que os soldados tenham a possibilidade de afirmar aquilo que eles são: trabalhadores que foram, trabalhadores que são, trabalhadores que serão.

Tivemos essa consciência no Norte porque lá o inimigo era claro, era real, era constante. E por causa disso tivemos de dar também uma resposta imediata. S.U.V. foi essa resposta!

E nada melhor que a manifestação de 10 de Setembro, que demonstrou a nossa força, a nossa capacidade de implantação, a nossa determinação. A manifestação do Porto de 10 de Setembro é isso: é a nossa força.

É a nossa força porque ela foi unitária. Toda a gente a compreendeu como tal. É a nossa força porque ela foi autónoma, de classe, sem qualquer espécie de concessão. Todos os trabalhadores o compreenderam como tal. Compreenderam os trabalhadores fardados que fizeram a maior manifestação de trabalhadores fardados deste país, até agora: 1500 soldados na rua, apesar das tentativas de repressão que efectivamente houveram.

Compreenderam aquilo que nós queríamos as de-

nas e dezenas de comissões de trabalhadores e de moradores, que mobilizaram os nossos irmãos de classe para essa manifestação. Compreenderam de uma maneira clara e inequívoca a população do Porto ao estar em massa, como nunca esteve desde o 1.º de Maio de 1974, a apoiar uma manifestação, a viver uma manifestação, a estar como eles gritaram, com os soldados.

Quero-me referir, porque considero efectivamente representativa da voz da população do Porto, àquela mulher que no comício, quando se gritou Viva os S.U.V. I gritou também Viva o S.U.V., para imediatamente perguntar depois ao seu marido ao lado O que é que é isso dos S.U.V.? E como alguém tivesse perguntado Então a senhora não sabe o que é S.U.V. e vem a uma manifestação dos S.U.V. e grita as palavras de ordem dos S.U.V. a senhora disse Eu não sei o que é que é S.U.V., isso não me interessa. O que eu vejo é o meu filho fardado que está ali à frente, que está a lutar para não nos matar!

Camaradas, aquilo que nós dissemos que queríamos através da manifestação, fazer uma bola de neve, infligir uma dinâmica revolucionária que pudesse efectivamente, concretamente, dar uma primeira resposta ao aumento da reacção no Norte, nós conseguimos. Essa bola de neve, essa capacidade de dinamizar, de mobilizar os trabalhadores no seio dos quartéis, efectivamente

aconteceu.

A maior resposta, a mais digna resposta dos trabalhadores portugueses ao assassino Pinochet, a maior prova de solidariedade aos nossos irmãos do Chile foi dada pelos trabalhadores fardados do C.I.C.A., que no dia seguinte à manifestação vieram para

a parada, soldados, recrutados, 300 homens, com a G3 na mão, fazer um minuto de silêncio por todos os camaradas que tombaram sob a besta fascista, vitórias os trabalhadores do Chile, e quando o comandante e alguns oficiais vieram a referir-se à existência de uma manobra gritaram Reaccionários fora dos quartéis! Esses camaradas do C.I.C.A. responderam, camaradas, como nós devemos responder: através da luta, do combate.

Camaradas, nós consideramos que a actual situação é uma situação grave. As nossas conquistas, aquilo que nós temos, os nossos direitos, são efectivamente conquistas que estão em perigo.

A função fundamental do actual Governo é estabelecer a disciplina fora e dentro dos quartéis, pôr os trabalhadores na batalha da reconstrução do capitalismo, atacar as massas trabalhadoras nas suas conquistas. O ataque que foi feito ao Conselho Municipal do Porto é um exemplo disso.

Para responder a esta tentativa de restabelecer esta disciplina nós temos de dar uma resposta. É uma questão que nos diz respeito. Os nossos irmãos trabalhadores, operários e camponeses, que serão atacados, porque é essa a intenção deste actual Governo, serão atacados por ele, com conosco. Porque nós não temos dúvidas que quando se fala na disciplina no interior do exército, esses senhores referem-se sobretudo à capacidade que eles necessitam de ter de nos manipular, de nos manobrar, de fazer virar a nossa força, as nossas armas contra os nossos irmãos de classe. Isto é o sentido da disciplina que eles têm. Só a nossa resposta organizada, camaradas, que terá de ser efectivamente formidável, poderá pôr um termo a esta situação.

É por causa disso que nós existimos. Nós vamos incentivar as condições para que efectivamente os trabalhadores fardados, os soldados, nunca viam as armas contra os seus irmãos de classe.

Passarei a referir o nosso manifesto que foi aprovado a nível nacional.

«A implantação dos S.U.V. nesta zona do País é, como referiu o camarada há bocado, o efeito da bola de neve que teve entre outras causas o avanço da reacção, que os soldados como trabalhadores fardados não podem tolerar.

O M.F.A. mostrou as suas limitações. Neste momento reconhecemos a necessidade urgente de nos organizarmos, como já se organizaram as Comissões de Trabalhadores e de Moradores. É portanto a necessidade reconhecida pelos próprios trabalhadores de se organizarem dentro dos quartéis, como futuro braço armado do Povo.

Passarei a referir o nosso manifesto que foi aprovado a nível nacional.

MANIFESTO DOS S.U.V.

1 — «Soldados Unidos Vencerão» (SUV) é uma frente unitária anticapitalista e anti-imperialista que aparece no momento em que a reacção fascista se organiza de novo, aproveitando-se das hesitações e das divisões introduzidas no seio dos trabalhadores, assim como da política dos governos que não souberam nem quiseram defender as justas reivindicações das lutas dos operários e camponeses dos quais nós, soldados, fazemos parte.

2 — Considerando que já por diversas vezes fizemos cedências à burguesia nomeadamente ao submettermos a nossa luta à aliança com o MFA, movimento de oficiais das Forças Armadas, que por causa das suas contradições e hesitações no passado, e de hoje estar ao serviço de elementos contra-revolucionários, nos tem valido não só o afastamento e hostilidade de camadas importantes da população (especialmente dos nossos irmãos camponeses), como também a desmoralização de numerosos combatentes das nossas fileiras e o adormecimento perante a ofensiva reaccionária dentro e fora dos quartéis.

S.U.V. impõe-se levar a cabo uma ofensiva autónoma com carácter de classe:

— Para lutar por uma vida democrática nos quartéis (impondo eleições e funcionamento democrático das ADU's, a livre circulação de imprensa e propaganda operária e popular, e a realização de plenários de soldados quando e sempre que

nós o queiramos);

— Para lutar pela constituição de comissões de soldados, órgãos do poder dos trabalhadores fardados nos quartéis, eleitas e revogáveis a todo o momento em plenários de soldados;

— Para incentivar e aprofundar a ligação dos órgãos de poder popular (comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia e comissões de moradores), fortalecendo o poder dos explorados através das assembleias populares;

— Pela expulsão dos oficiais reaccionários;

— Contra todas as tentativas de afastamento de militares progressistas;

— Pela melhoria das condições de vida dos soldados (contra o pré de miséria, pelos transportes gratuitos, pelo rancho comum, contra a disciplina militarista).

3 — Soldados Unidos Vencerão (SUV) luta com todos os trabalhadores, pela preparação de condições que permitam a destruição do Exército burguês e a criação do braço armado do poder dos trabalhadores: o exército popular revolucionário.

Sempre, sempre ao lado do Povo é o nosso lema!
Operários, camponeses, soldados e marinheiros Unidos Venceremos.



S.U.V. — SOLDADOS UNIDOS VENCERÃO

CARTA DE UM SOLDADO DO R.A.B.

Camaradas do «Poder Popular», peço-vos que publiquem esta carta, pois é importante que todos os trabalhadores (fardados e não fardados) saibam o que se passa dentro dos quartéis.

Aqui no R.A.B. (Regimento de Artilharia de Beja), assim como em muitas outras unidades que têm à frente comandos que não se identificam com o processo revolucionário em curso, procurando a todo o instante acabar com a democracia dentro dos quartéis e fazer voltar a disciplina reaccionária que existia antes do 25 de Abril de 1974 e que nalguns quartéis nunca deixou de existir, a repressão aumenta todos os dias. Assim o comandante, desde substituir elementos progressistas por elementos conservadores no G.D.U. (Gabinete de dinamização de Unidade), proibir reuniões dentro do quartel como o caso dos oficiais do quadro complementar (aspirantes e alferes), que pretendiam e pretendem que haja dinamização dentro do quartel e uma efectiva ligação dos soldados às organizações de base dos trabalhadores (Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores), até chamar carneiros aos soldados por estes terem ido para o refeitório sem terem formado antes e obrigando-os a formar de novo. Mas não são só os trabalhadores fardados que estes oficiais reaccionários reprimem e pretendem dividir e enganar. Assim na quarta-feira passada, dia 17, em que milhares de trabalhadores se manifestaram em frente do quartel, exigindo que a reforma agrária vá para a frente e gritando palavras de ordem tais como, «Fora com os Nove», «Abaixo a Social-Democracia», «Fora com o Pesarat», «Reaccionários Fora dos Quartéis», «Exército Popular», «Poder

Popular» e outras, o comandante vendo bem a força dos trabalhadores, foi obrigado a fazer um discurso de esquerda, dizendo que estava com o poder popular, que os trabalhadores podiam ter confiança nas Forças Armadas, etc.

Houve trabalhadores que bateram palmas depois de um discurso cheio de mentira e de demagogia, mas muitos houve, talvez a maioria que não se deixando enganar por falsas palavras gritaram «Reaccionários fora dos Quartéis». Pois camaradas trabalhadores, nós não deixaremos que nos enganem, nós lidamos com eles todos os dias e sabemos quais os oficiais que estão contra vós e os que estão convosco e realmente podeis ter confiança, mas é em nós soldados, nós marinheiros, nós sargentos e oficiais progressistas e não nos oficiais reaccionários que perante vós usam uma linguagem de esquerda, mas que a nós nos reprimem e procuram que não unifiquemos a nossa luta com a vossa no caminho do socialismo. Mas podeis estar certos camaradas trabalhadores, nós não voltaremos as nossas armas para vós, a vossa luta é a nossa, nós somos mais de 90 por cento do Exército e com a vossa ajuda, podemos garantir-vos que Portugal não será o Chile da Europa e que na hora da verdade, nós saberemos dar a todos os reaccionários que travam a nossa luta pelo socialismo a lição que merecem.

Reaccionários fora dos Quartéis
Viva o Poder Popular
Viva o Socialismo
Viva o comunismo



Montalegre — não ao avanço da direita

O núcleo de Montalegre do Movimento de Esquerda Socialista alerta todo o povo barrosão para a grande escalada reaccionária que se tem sentido nos últimos dias na nossa região. Os lacaios do capitalismo internacional, tentam a todo o custo dominar as forças verdadeiramente democráticas, contando para isso com o apoio incondicional do Governador Civil e da secção do P. S. dos Pisões, que tão bem se identificam com a policia reaccionária do Mário Soares.

Não é por acaso que «senhores», ditos «socialistas», da secção do P. S. dos Pisões (como o Magalhães Calçado e o Azevedo), concordam com as «exigências» do PPD local; não é por acaso que o Governador Civil diz que a linha política da secção concelhia do P. S. lhe não serve para uma coligação PPD/PS, na «nova» comissão administrativa da Câmara Municipal de Montalegre; não é por acaso que os que antes eram considerados certos pela ANP (e que votaram todos no PPD) andam a dizer à boca cheia que a actual comissão administrativa da Câmara foi para a rua (posta fora pelo PPD, !!!!!!) e que agora serão eles quem vão ocupar tais cargos.

Não nos deixemos levar pelas atitudes pseudo-democráticas desses «senhores». O objectivo deles é continuar a oprimir e explorar o Povo Português, como já antes o faziam, continuando a fazer uma campanha anticomunista, seguindo os ensinamentos de Salazar e Caetano. Os verdadeiros democratas de Barrosão saberão dar a justa lição àqueles que, sob a capa democrática, tentam enganar-nos e oprimi-los.

Na passada quinta-feira, dia 11, realizou-se uma reunião com delegações das comissões concelhias do P. S., MDP/CDE, PCP e MES. A esta reunião faltaram delegados da comissão concelhia do PPD, embora estes tivessem sido avisados da mesma pelo Governador Civil. Dado que a reunião tinha como objectivo encontrar uma plataforma de entendimento para a nomeação da nova comissão administrativa da Câmara Municipal, a falta de comparência do «Partido Popu-

lar Democrático», leva-nos a tornar público que o PPD não está interessado em dialogar com as forças progressistas do nosso concelho. E não está interessado, porque? Com toda a certeza é impossível uma plataforma de entendimento entre forças reaccionárias e revolucionárias; é descabida qualquer ligação entre fascistas e verdadeiros democratas. Esta foi a verdadeira razão pela qual os «pêpêdes» não compareceram à reunião, pois temem ser desmascarados publicamente.

Contactado o Governador Civil, este declara que tem que resolver rapidamente o assunto e que tem 2 elementos do PS dos Pisões que estão dispostos a colaborar com o PPD local. Pergunta-se: por quem estão a ser manobrados os tais PS's dos Pisões? Porque é que o Governador Civil não diz abertamente que está a fazer o jogo da reacção na nossa terra e não diz que quer colocar só o PPD na comissão administrativa da Câmara Municipal? Acaso o PS concelhio não serve, só pelo simples facto de não ser social-democrata como toda a cúpula PS, incluindo o dr. Montalvão Machado?

Camaradas, nós dizemos não às manobras reaccionárias no nosso concelho. Não admitiremos que um Governador Civil venha impor a sua vontade, como já se fazia antes do 25 de Abril de 1974. Quem manda em Barrosão são os barrosões e não os flavenses, e responsabilizámos o Governador Civil e o PPD local por tudo o que possa vir a acontecer neste concelho.

MORTE AO CAPITALISMO INTERNACIONAL!
MORTE AO ELP, MDLP E SEUS LACAIOS SOCIAIS-DEMOCRATAS!
A REACÇÃO NÃO PASSOU NEM PASSARÁ!
LUTAR, LUTAR, PODER POPULAR!

Montalegre, 16 de Setembro de 1975
Núcleo de Montalegre do Movimento de Esquerda Socialista

Vila Nova de Gaia

Comissões de Trabalhadores Comissões de Moradores Controlo Operário Poder Popular

Realizou-se no passado dia 15 uma Manifestação contra o aumento do preço da água, promovida por um Secretariado, composto por algumas Comissões de Moradores, Grupos de Trabalhadores e por uma Associação de Moradores.

O MES tendo apoiado a Manifestação já que o aumento do preço da água foi uma medida anti-democrática, tomada sem conhecimento e discussão de representantess das massas populares, não quer deixar de levantar as seguintes questões:

1. — Qual a razão da falta de apoio à dita Manifestação de outros órgãos de vontade popular?

2. — Não se compreende que, tendo sido a manifestação convocada por órgãos de vontade popular, elementos afectos a determinado partido, que diz apoiar as estruturas populares, tentassem instrumentalizá-la.

Objectivamente, a tática esquerdista equipara-se à reformista no que concerne ao respeito pela «vontade popular».

3. — Por outro lado e em relação ao aumento do preço da água, e maneira como foi feito, foi proposta para evitar de futuro situações semelhantes, a criação da Assembleia Popular do Concelho, a curto prazo, para controlo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Em relação à formação da Assembleia Popular neste Concelho o MES considera que, neste momento, e embora a sua extraordinária importância para o desenvolvimento do processo revolucionário, não é possível a formação, a curto prazo, dessa Assembleia:

a) Porque a maior parte das Comissões de Moradores, neste momento, ou estão viradas para um aspecto reivindicativo ou são órgãos onde partidos se pretendem impor, com manifesto desrespeito pelas aspirações populares, isto sem falar dos locais onde nem existem.

b) Porque, na quase totalidade das Comissões de Trabalhadores acontece quase o mesmo: — são órgãos economicistas em que se luta por determinado objectivo (melhoria de salários, de condições de trabalho, etc.) sem articular essa mesma luta num movimento de massas anti-capitalista e anti-imperialista, de ataque ao aparelho de estado.

c) Porque nos parece impossível a participação da ADU do RASP na formação dessa Assembleia Popular num momento em que oficiais de direita recuam posições e tentam destruir todos os órgãos democráticos existentes a nível militar.

4. — Assim, a tarefa prioritária será a organização dos trabalhadores fardados e não fardados como meio de evitar situações semelhantes, contrárias aos seus legítimos interesses e que estes decidam o que só a eles lhes diz respeito.

5. — Repudia o MES a atitude da Comissão de trabalhadores dos Serviços Municipalizados, ao distribuir cerca de 2 horas antes da manifestação um comunicado oportunista e desonesto.

O MES pergunta:

a) Porque é que só então a Comissão de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados se sentiu compelida a tomar posição?

b) Não terá esta Comissão de Trabalhadores tomado parte activa na discussão do dito aumento?

c) Ou será que a Comissão de Trabalhadores não se sentiu, então, afectada, por disfrutar, como os demais trabalhadores dos Serviços de um desconto de 40 por cento na água (e na electricidade)?

6. — Pensa o MES que em face do aumento do preço da água vendida pelo Porto aos Serviços Municipalizados de Gaia e de aumento dos vencimentos dos trabalhadores desses mesmos Serviços, que considera justos, o aumento verificado no preço da água, em face da inexistência de subsídio por parte do Governo, se poderá justificar, assim como a criação de vários escalões (tendo em conta o caso específico das ilhas, o que não aconteceu) desde que sejam amplamente debatidos em Assembleias representativas dos moradores do concelho.

COMISSÕES DE MORADORES, COMISSÕES DE TRABALHADORES, CONTROLO OPERÁRIO E PODER POPULAR!

— CONTRA A SOCIAL DEMOCRACIA E O REFORMISMO — PODER POPULAR!

— VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Comité Concelhio de Vila Nova de Gaia do Movimento de Esquerda Socialista.

Gaia, 19 de Setembro de 1975

LANIFÍCIOS EM LUTA

No sector dos Lanifícios os industriais tentam boicotar a aplicação do contrato colectivo que está em vigor desde Março.

Em Lisboa, no Porto, na Covilhã, o contrato cumpre-se.

No distrito da Guarda (Seia Gouveia, Manteigas, etc.) e em Coimbra, o patronato tenta roubar os trabalhadores, jogando com o isolamento e com a relativa «juventude» operária da zona, a maior parte vindos dos campos e aldeias vizinhas daqueles centros industriais. Análizada a situação os trabalhadores organizados avançam na luta. Assim, os trabalhadores da Covilhã decidem passar a serra e ir a Gouveia reunir com os seus camaradas. Fazem sessões nas fábricas e nas aldeias, conversam com os trabalhadores da zona, distribuem comunicados.

A luta avança contra o patronato local agrupado sobretudo à volta dos caciques:

O J. Fernandes de Seia, ex-ANP, ex-presidente da Câmara, etc, e o conhecido Rabaça de

Manteigas antigo CDE, e agora adepto do «socialismo em liberdade». O Fernandes é o dono das duas maiores fábricas de Lanifícios do País além de outras mais pequenas. No total explora mais de 2 500 trabalhadores (FISEL, J. Fernandes, Campos Melo, etc). O Rabaça é mais «modesto»: explora «apenas» 400 e tal trabalhadores.

O J. Fernandes dá-se ao luxo de insultar dirigentes sindicais na presença dos trabalhadores utilizando a ameaça de que se vai embora. O Rabaça engana os trabalhadores dizendo que vai à falência para os obrigar a trabalhar mais 2,30 horas que o previsto no contrato.

De comum entre o J. Fernandes e o Rabaça há o facto de serem «socialistas». O Fernandes na campanha eleitoral recebeu o dr. Soares como um pai recebe um filho: foguetes, arraial, discursata e abraços. O Rabaça na terra dele não teve tanta sorte pois o CDS ganhou com 40 por cento! Mas, do mal o menos, como dirá o Ra-

baça! Porém para azar do J. Fernandes, do Rabaça e dos outros exploradores da região, os trabalhadores organizam-se, estão em luta, e, em breve, a vitória chegará.

Em Coimbra existem só duas fábricas de Lanifícios. A maior é a Mondorel onde o explorador Eládio tem imposto a sua ditadura desde sempre. Antes do 25 de Abril o explorador Eládio levou a empresa à falência onde só se safou com cunhas na Banca. Resultado: ficou com dívidas em que agora se baseava para não cumprir o contrato. Diga-se que o Eládio tem mais 3 empresas uma das quais de confecções (Santix) que exporta quase toda a produção e recebe 40 por cento da produção da Mondorel.

Os trabalhadores da Mondorel haviam dado um prazo ao Eládio para pagar os retroactivos. Terminado o prazo realizou-se um plenário já que o explorador Eládio continuava sem pagar, embora já tivesse pago o subsídio de férias a al-

guns dos seus lacaios.

O plenário foi de início boicotado por alguns desses lacaios do patrão os quais sofreram na pele a justa ira dos trabalhadores revolucionários sendo expulsos da sala. Após uma análise colectiva foram aprovadas várias propostas, na mais importante das quais se decidiu realizar paragens de meia hora entre cada turno com manifestação frente aos escritórios como forma de luta imediata, até o patrão receber a comissão sindical, a comissão de trabalhadores e a comissão de fiscalização e controle e se decidir a pagar pelo contrato.

No dia seguinte, realizou-se a primeira manifestação que decorreu sob o signo da unidade na luta de todos os tra-

balhadores «Queremos o contrato cumprido» bem como outras palavras de ordem vincarem a determinação dos operários e outros trabalhadores de Mondorel.

De tarde, o patrão Eládio, «decidiu» receber os representantes dos trabalhadores.

Desde logo teve de assinar um compromisso de «permitir» o controlo total da empresa pelos trabalhadores, o que até aí tinha quase impossível.

Durante mais de 9 horas o Eládio bem bentou todas as manobras habituais dos exploradores: dividir as comissões dos restantes trabalhadores, dividir o sindicato das comissões, ameaçar com o desemprego, etc.

Porém os trabalhadores realizaram outra ma-

nifestação dentro da sala da administração gritando «Queremos o pão para as nossas casas» e outras coisas, tendo o explorador acabado por assinar um compromisso de pagar o contrato daqui em diante, ficando os retroactivos em conta corrente a ir sendo levantados por forma a estabelecer pelas comissões representativas dos trabalhadores.

Sem ter sido uma vitória total, a união dos trabalhadores da Mondorel foi suficiente para provar que perante a força e a unidade dos explorados não há explorador capitalista que vença.

Ficou também provado que é na luta, na prática que os trabalhadores avançam.



Firma José Lopes contra despedimentos

O avanço da Social-Democracia no nosso país só pode ter um objectivo: aumento da exploração dos trabalhadores. O patronato, representante dos interesses do capitalismo, lança novamente uma ofensiva contra os avanços da classe trabalhadora, fazendo letra morta dos seus justos direitos e reivindicações.

Na firma José Lopes o direito ao trabalho foi negado a um trabalhador que foi despedido pela entidade patronal sem justa causa. Ou será que se pode considerar justa causa o despedir trabalhadores para admitir retornados de Angola? O problema do desemprego não poderá ser resolvido à custa dos trabalhadores.

O despedimento deste operário não é o primeiro que se efectua nesta firma e nada nos garante que será o último. Na verdade já foram despedidos depois do 25 de Abril mais 3 operários que se tinham mostrado mais combativos na defesa dos seus interesses de classe.

Contra estas medidas arbitrárias do patronato os trabalhadores devem opor a sua organização revolucionária não cedendo às falas mansas dos conciliadores.

Lutar pelo controle operário, pelo poder popular é barrar o caminho ao fascismo e à direita e avançar para a Revolução socialista.

Assembleia Popular no E.P.A.M.

Vivemos neste momento uma grave crise político-económica.

Os fascistas andam à solta pelo País fora, principalmente no Norte e Centro, lançam e fomentam a confusão e o terror, aproveitando o justo descontentamento dos camponeses, que viram agravadas as suas condições de vida: aumento dos preços dos adubos, rações e alfais; não acabamento dos produtos da sua lavoura; e agravamento da exploração feita pelos intermediários e outros parasitas. Por outro lado a social-democracia com os seus apelos à «paz» e à «ordem», mais não faz que travar os avanços e conquistas das massas populares, abrindo assim as portas ao avanço do fascismo.

A classe operária, os camponeses e demais trabalhadores explorados, viram agravadas as suas condições de existência: aumento alarmante do desemprego, crescente agravamento do custo de vida, falta de soluções para resolver os graves problemas de habitação, educação, saúde, etc.

Que fizeram os sucessivos Governos Provisórios da burguesia para resolver esta crise?

NADA. Antes pelo contrário, agravaram a situação, enviaram o Marcelo e o Tomáz para o Brasil, deixaram fugir os Rapazotes, Spínolas e Altos Inspectores da Pide para o Estrangeiro onde organizam o ELP e toda a contra-revolução e deixaram sem julgamento todos os Pides e outros contra-revolucionários.

Por outro lado, atravaram a situação das classes

trabalhadoras fazendo leis antipopulares: lei antigreve, a lei da censura, a lei dos despedimentos, etc.

Se os fascistas andam à solta, se o POVO continua na miséria, se o Governo não governa, que nos resta fazer?

ORGANIZAR O POVO, ORGANIZAR ASSEMBLEIAS POPULARES.

AVANÇAR NO CAMINHO DA REVOLUÇÃO! CAMARADAS

Algumas comissões de Trabalhadores e Moradores em conjunto com a ADU da EPAM avançaram com a iniciativa de mais uma Assembleia Popular que abrange as Freguesias do Lumiar, Charneca, Ameixoeira, Alvalade, Campo Grande e S. João de Brito.

Na próxima 6.ª feira, dia 26 de Setembro, às 21 e 30 horas, realiza-se na EPAM a primeira reunião plenária das Comissões de Trabalhadores e Moradores, e outras organizações populares de zona para constituição da Assembleia Popular.

Todas as Comissões de Trabalhadores e Moradores da Zona devem participar activamente nesta reunião para podermos avançar na organização das massas populares para a REVOLUÇÃO.

VIVAM OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR! EM FRENTE PELAS ASSEMBLEIAS POPULARES! VIVA A CLASSE OPERÁRIA E O POVO TRABALHADOR

A COMISSÃO DINAMIZADORA PRÓ-ASSEMBLEIA POPULAR DA EPAM



ANGOLA

nas zonas libertadas a vida organiza-se

Perante as ameaças do cerco imperialista, a sabotagem económica, o abandono de fábricas e fazendas por parte dos patrões, o povo angolano organiza-se no dia a dia para as tarefas de reconstrução nacional, num esforço que mobiliza operários e camponeses, toda a classe trabalhadora.

Estas formas de organização autónoma constituem uma aprendizagem e um exemplo que está a ser seguido em todo o território libertado, sob o controlo do MPLA.

Em Julho do ano corrente, os grandes fazendeiros reaccionários que possuíam fazendas enormes nas áreas em redor da cidade do Dondo, ao sentirem que o bando dos assassinos do ELNA, seu protector, era completamente desbaratado pelas gloriosas FAPLA, puseram-se em fuga precipitadamente.

Os trabalhadores viram-se assim subitamente na situação de desemprego, com a agravante de que na maioria dessas fazendas os patrões deviam meses e meses de salários atrasados. O espectro da fome ameaçava o Povo trabalhador! Era preciso organizar-se, para enfrentar a situação!

Os trabalhadores dessas fazendas organizaram-se para dizer NÃO à boicotagem económica!

A palavra de ordem «TRANSFORMAÇÃO DAS FAZENDAS ABANDONADAS EM COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO», lançada pela delegação do MPLA nessa cidade, encontrou eco no coração dos trabalhadores! Ela correspondia a uma necessidade concreta de todo o Povo; era a única via ca-

paz de resolver correctamente aquela situação.

Assim, em princípios do mês de Julho, e após um debate que durou vários dias, os trabalhadores da fazenda «Boa Esperança» organizaram-se para pôr a fazenda a funcionar. A fazenda «Boa Esperança» é hoje a Cooperativa 1.º de Maio que, dirigida pelos trabalhadores, se encontra a produzir quase normalmente. Todos os meses, a produção aumenta. Os camaradas da Cooperativa 1.º de Maio esperam produzir, nos próximos meses, mais que no tempo do patrão.

A experiência alastrou-se pela zona. Hoje, duas outras grandes fazendas funcionam sob a direcção dos trabalhadores: as Plantações do Mucoso e a Cooperativa Hoji ya Henda. Por toda a zona, o Povo se prepara para o trabalho económico. Todas as fazendas abandonadas serão irreversivelmente transformadas em Cooperativas, porque o Povo compreendeu que essa é a via que conduzirá à satisfação dos seus interesses e dos interesses do País. As Cooperativas florescerão por toda a zona.

A Cooperativa 1.º de Maio é hoje o modelo das outras Cooperativas.

Graças ao seu próprio esforço, pouco a pouco os trabalhadores vão sentindo uma melhoria na sua vida. Hoje existe lá um posto de enfermagem, que assiste também o Povo das aldeias vizinhas. Dentro em breve, começará a funcionar lá uma escola para adultos e crianças.

Os trabalhadores da Cooperativa 1.º de Maio cometeram erros. Erros na organização da vida na cooperativa; erros na gestão e na administração; erros na re-

solução dos problemas de ordem técnica.

É assim que algumas semanas depois da criação da Cooperativa, um membro do Comité de administração começou a tomar atitudes de «donor» da cooperativa. Como era o camarada que tinha mais instrução, falava melhor, hábitos aburguesados, etc., começou a sentir-se superior aos outros camaradas e a considerar-se um novo «patrão». Pouco a pouco, as contradições entre o Comité de administração e os cooperadores foram-se agravando. Um dia, os trabalhadores reuniram-se e demitiram aquele membro

a situação económica nem sentiam a Cooperativa como sua. Por isso, a produção não se desenvolvia.

A prática demonstrou que era necessário organizar em novas bases a vida na Cooperativa. Assim, nessa reunião, os cooperadores decidiram criar uma Comissão de controle, composta por um trabalhador de cada brigada, que assiste às reuniões do Comité de administração.

Os membros dessa Comissão, como estão em permanente contacto com as brigadas, transmitem as opiniões dos trabalhadores ao Comité de administração e exercem um con-

primeira necessidade e outros. A cerveja, por exemplo, era vendida a 10\$00. O maço de cigarros a 25 ou 30\$00. Especulava-se com os preços da fuba, peixe e óleo de palma.

Era necessário pôr-se termo a esta situação difícil. Era necessário organizar-se em novas bases o sistema de distribuição de bens de consumo. O Povo compreendeu que a criação de Cooperativas de consumo era a via que conduzia à liquidação da exploração!

Numa Assembleia de Cooperadores, escolheu-se o Comité de Gestão da Cooperativa, formado por

barato que nos comerciantes, não falando já nos cantineiros!

Hoje, as Cooperativas de consumo alastram-se a quase todos os bairros e muitas aldeias vizinhas. Brevemente, o processo alargará-se à toda a zona, porque o Povo já compreendeu que só assim poderá pôr termo à especulação nos preços.

Resistir para expulsarmos o imperialismo e criarmos uma Angola livre da exploração, da miséria para o Povo trabalhador, do alcoolismo, da prostituição, do analfabetismo, é o grande objectivo da guerra revolucionária. Produzir para



do Comité de administração.

Nessa reunião, os camaradas viram que a forma de organização não correspondia às relações de produção existentes na Cooperativa. O Comité de administração não estava ligado aos trabalhadores, nem era controlado por eles. Os trabalhadores não conheciam

controlo sobre este. Desenvolveu-se a prática de reuniões, da crítica e da autocrítica. Todos os meses, há uma Assembleia Geral de Cooperadores.

Na cidade do Dondo, os operários começaram a sentir problemas graves provocados pelo aparecimento de muitos oportunistas que especulavam com os preços dos géneros de

três encarregados: vendas, de compras e da contabilidade.

A prática das Cooperativas mostrou aos cooperadores uma verdade demonstrada pela ciência das sociedades: a propriedade privada é a causa da exploração. A Cooperativa pertence a todo o Povo e não apenas a uma ou a um grupo de pessoas. Por isso, não pode haver exploração. É assim que, nas cooperativas de consumo e de uma maneira geral, o Povo compra muito mais

resistir é uma das tarefas do Povo angolano.

PRESTEMOS ATENÇÃO AO TRABALHO ECONÓMICO!

— MORTE A TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO!

— VIVA A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA!

— PRODUIR PARA RESISTIR!

— VIVA A RESISTÊNCIA POPULAR GENERALIZADA!



Retirado do "A Vitória é Certa"

— Órgão Central do M.P.L.A.

M.P.L.A. A VITÓRIA É CERTA!

CHILE:

situação política

Da direcção exterior do partido MAPU (Movimento de Acção Popular Unificada) recebeu o MES um documento dirigido à direcção do nosso movimento, com data de 20 de Agosto último.

O MAPU, organização com a qual o MES mantém estreitas e solidárias ligações, integrava-se na **Unidade Popular** de Allende, mas ao mesmo tempo, fundamentalmente a partir do seu Congresso de 1972, definiu-se uma linha maioritária pelo apoio à criação e desenvolvimento dos órgãos de poder popular, que então nasceram no Chile, como bases para a ofensiva de massas que considerava necessário lançar contra a burguesia, o capitalismo e o imperialismo que já preparavam o golpe fascista (ver os últimos números do «P.P.»), não se retraindo nas posições defensivas e conciliadoras do sector hegemónico e maioritário da UP, que procurava o diálogo com a direita e mesmo com os oficiais golpistas.

É aquele documento que passaremos a partir deste número a divulgar, pois contém uma análise das contradições do actual regime fascista, procurando desmontar o seu possível desenvolvimento e apontar quais as tarefas a que as organizações da classe operária e do povo terão que meter ombros para poderem levar a cabo um movimento vitorioso até ao derrube da junta fascista.

No Chile, o Movimento de Resistência Popular vence-rá!

Estimados companheiros:

O MAPU, partido que luta no Chile e que emprega os seus maiores esforços para organizar e desenvolver a Resistência Activa contra a ditadura monopolista que instaurou um regime que utiliza métodos repressivos com claras orientações fascistas, saúde fraternalmente os companheiros do MES e por seu intermédio a classe operária, o povo e o sector revolucionário do M.F.A., que se batem contra o imperialismo, o grande capital internacional e contra a burguesia portuguesa.

Não podemos deixar de expressar a nossa combativa solidariedade, baseada nos princípios do internacionalismo proletário, ao processo revolucionário português já que estamos convencidos pela nossa experiência que hoje mais do que nunca, os revolucionários de todo o mundo devem empregar todas as suas forças para que o processo iniciado pelo povo e os revolucionários portugueses se resolva e decida a favor dos objectivos históricos do proletariado.

No Chile, a conjuntura contém também factos importantes. O aprofundamento da crise económica, somada à pressão interna

e ao isolamento internacional, obrigam a ditadura a viragens táticas cuja expressão mais importante é a mudança de Gabinete e a modernização de algumas das suas políticas. O novo Gabinete procura alcançar dois objectivos:

a) Romper o isolamento internacional procurando projectar uma imagem de maior civilidade e respeito pelos direitos humanos.

b) Criar condições políticas para aprofundar a sua política económica e superar a crise económica que hoje se abate sobre o Chile.

Mas para alcançar o seu primeiro objectivo formulou uma ofensiva diplomática procurando abrir-se aos países não alinhados, abandonando a sua política antimarxista militante e adoptando uma imagem mais liberal para facilitar a afluência dos capitais estrangeiros.

A política económica de «choque» que se começa a aplicar não é mais do que levar até ao extremo a concepção económica aplicada desde o golpe. Os sectores hegemónicos do regime militar pensam que, criadas condições políticas diferentes a nível interno e internacional, é possível obter um êxito na política económica. Para isso se propõe:

a) Maior firmeza e profundidade na aplicação de determinadas políticas restritivas (redução das despesas públicas, medidas anti-inflacionárias).

b) «Liberalização» política: isto significa para eles dar um marco legal ao regime e às práticas fascistas de repressão (legislação sobre o pseudo «habeas corpus», libertação de presos, marcha forçada aos processos, encobrimento legal do estado sítio, etc.).

c) Busca de «avais» políticos para estas manobras. Para isto tratou-se mesmo de utilizar a Igreja. Apesar de em geral, a Igreja ter actuado com uma política de defesa dos direitos humanos, essas manobras não estiveram isentas de êxito pelas vacilações da Igreja em alguns momentos.

Da política económica só se pode esperar uma agudização da crise até níveis ainda mais dramáticos, pela descida do poder de compra, a recessão e a carestia que provocará.

Esta política económica está inevitavelmente destinada ao fracasso. Não satisfará os objectivos estabilizadores que a Junta procura e agudizará as contradições entre as facções da burguesia.

Por um lado a burguesia monopolista começa a ser afectada por ela e isso precipita as contradições entre sectores da burguesia monopolista. Um claro exemplo disto, é a posição de Orlando Sáenz, vinculado principalmente ao sector metalúrgico, duramente afectado pela recessão na medida em que as suas vendas estão directamente vinculadas à inversão pública e privada.

Por outro lado a pequena e a média burguesia, manifestam, em forma crescente, o seu descontentamento e repúdio pela política da Junta.

A agudização da crise económica e o retrocesso na actuação do movimento de massas pela ausência de uma alternativa de esquerda e de uma política consequente com os parti-

dos operários, significa que se agudizarão as contradições entre as facções da burguesia e que elas terão, todavia, um carácter principal relativamente a outras contradições.

O desenvolvimento orgânico e político das massas é ainda precário. A ausência de uma alternativa política global à ditadura, construída a partir e em torno da classe operária, significou que a oposição cortante entre os interesses objectivos das massas e a política da Junta Militar, não se tenha transformado ainda numa força antiditatorial activa.

O futuro próximo estará então marcado principalmente pelas contradições entre facções da burguesia, destacando-se a agudização das contradições intermonopolistas e a crescente pressão dos sectores não monopolistas da burguesia, sendo claro porém que esta pressão não é nem sequer sinónimo de reivindicações democráticas burguesas. Com efeito, apesar das crescentes contradições entre a grande burguesia e os sectores não monopolistas da burguesia, não existe ainda a alternativa reformista que os expresse e que lhe permita pesar efectivamente na cena política. Essa alternativa reformista burguesa não existirá enquanto a Democracia-Cristã seguir a condução hegemónica pró-monopolista de Frei e enquanto não consiga, ao mesmo tempo, uma influência preponderante em sectores de oficiais das Forças Armadas. Para a realização do seu projecto, esta alternativa necessita subordinar a classe operária, ou pelo menos uma parte importante dela, à condução da burguesia.

A Democracia Cristã e em geral a oposição burguesa, tem tido diversas escaramuças com a ditadura. Estas escaramuças dão-se no momento em que Frei conquistou grande influência no seu Partido.

A oposição burguesa à ditadura tem diversas formas — expressão de diversas facções — contradições entre si (Frei, Pablo Rodriguez, Orlando Sáenz, Sergio Diez etc.). Eles representam diferentes projectos. A falta de unidade da oposição burguesa determina o facto de não existir uma alternativa global e sólida de oposição com perspectivas de êxito no imediato.

Em todo o caso, o comum nas diferentes facções da oposição burguesa (exceptuando somente os sectores progressistas da Democracia Cris-

CHILE DOIS ANOS DE RESISTÊNCIA



PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA!

tã) é que todas as alternativas actualmente postas à actual forma de ditadura dos monopolistas apontam para a sua substituição por outra ditadura, igualmente monopolista, mas com um rosto melhor. Este é também o projecto do imperialismo.

Dai que todas as facções ou grupos burgueses opostos à Junta recusam todo o entendimento com a esquerda e procuram, ao mesmo tempo, subordinar os sectores não monopolistas fazendo-se passar — de uma ou de outra forma — por intérprete dos seus interesses.

E por isso que não há com os sectores burgueses actualmente opositores nenhuma possibilidade de Frente Ampla, a qual somente será possível quando fracassarem todas as intenções e projectos de reagrupamento de forças e de alternativas que hoje jogam os sectores monopolistas anti-Junta.

Somente a conquista da hegemonia no P. D. C. pelos seus sectores progressistas permitirá aquela Frente.

Por sua vez, o avanço dos sectores progressistas no interior do P. D. C. depende da reactivação do movimento de massas, do desenvolvimento do Movimento de Resistência Popular clandestino e a formulação de uma alternativa popular e revolucionária.

As contradições no seio dos sectores monopolistas e a necessidade crescente de pressões por parte da burguesia não monopolista, orientavam-se para a apresentação dos seus interesses à ditadura, e não para a reivindicação de formas políticas democrático-burguesas.

Neste sentido, o fracasso da política do novo Gabinete agudizará estas contradições.

Pelo seu resultado será possível pensar em algum «relevon» nos próximos meses. Quer dizer, mais do que uma mudança significativa é possível prever ajustes parciais que não mudarão o essencial da ditadura.

O carácter das contradições mais decisivas na conjuntura permitem prever que estes ajustes parciais jogarão no sentido de procurar uma imagem «liberalizadora» do regime, o que de uma ou de outra maneira abrirá brechas para o desenvolvimento do movimento de massas, e também no sentido de desenharem uma política económica que, ainda que de forma parcial, dê uma certa resposta aos interesses da burguesia não monopolista. Isto significará provavelmente um deslocamento relativo da política de «economia social de mercado» e uma maior presença do Estado na actividade económica.

O imperialismo norte-americano, cuja política determina em última instância a orientação actual das saídas para as contradições interburguesas faz e está no mesmo jogo.

O imperialismo procura hoje alternativas que lhe permitam consolidar e estabilizar a sua hegemonia na América Latina e noutros lugares do mundo. Nesse sentido, pensar que apenas fórmulas ditatoriais ou fascistas são hoje satisfatórias para o imperialismo é uma ilusão que conduz a graves erros.

Isso depende da força e da consciência que a classe operária possui.

O imperialismo vive actualmente uma conjuntura de crise e de refluxo das suas posições (são exemplos a sua derrota na Indochina e as derrotas sofridas no Médio Oriente, na Europa e em África) (...)

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)



O ALENTEJO VEIO A BEJA!

A mobilização e o grau de consciência de luta dos trabalhadores rurais do Alentejo ficou bem demonstrada nas movimentações que esta semana tiveram lugar.

Em Évora e Beja, a disposição era de luta. O objectivo — levar por diante a Reforma Agrária.

Sejam quais forem os verdadeiros objectivos que justificaram o apoio do P.C.P., sejam quais forem as manobras subjacentes, algumas conclusões podemos tirar:

— A luta que vêm travando há mais de um ano, as dificuldades imensas que têm vencido a falta de crédito, as jornas não recebidas as promessas cumpridas permitiram já que todos os camponeses do Alentejo compreendessem que só acabando com todos os exploradores resolverão os seus problemas.

— Os camponeses do Alentejo irão para a frente com a sua luta, pela Reforma Agrária, com ou sem o apoio deste ou daquele partido, com ou sem o apoio deste ou daquele Governo.

Nunca se viu em Beja tanta gente junta. Vieram de todo o lado. De todos os concelhos. De ambas as margens do Guadiana. Em camionetas, tractores com galeras, trabalhadores rurais, camponeses, operários — em número de muitas dezenas de milhares — vieram aderir à manifestação, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e pela Liga dos Pequenos Agricultores, com o apoio (evidente) do PC, num dia de paralização geral do trabalho no distrito.

A concentração, marcada para a Praça da República, teve de ser transferida para o Estádio Municipal, porque a (grande) praça era muito pequena para tanta gente.

No Estádio, sucederam-se as moções de apoio à justa luta dos rurais alentejanos, que cerram os dentes, enquanto os latifundiários cada vez mais levantam a cabeça, enquanto os créditos são negados aos que trabalham a terra e a fome lhes é

oferecida. Numa das muitas intervenções, um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas teve o cuidado de referir que a manifestação era apartidária e, de facto, a comprová-lo, estava a presença das bandeiras do PC, do carro do PC, dos altifalantes do PC, do porta-voz do PC. Como se todos não soubessem já que a manifestação não era apartidária, ainda foi referido que os únicos partidos que a apoiavam eram o PCP e o MDP/CDE (?), apesar da presença de muitos trabalhadores afectos a outros partidos de esquerda que ali estavam como trabalhadores junto aos seus irmãos de classe. Curiosamente, o porta-voz do PC, como que a justificar, junto dos trabalhadores descontentes, o seu partido, pela sua participação num Governo de direita — que agora vem dizer que condena — e por ter abandonado Vasco Gonçalves — que agora vem dizer que apoia —, diz que o PC, para defender a revolução (que não está feita), é até capaz de fazer alianças com o diabo (sic), o que é francamente mau, porque, quando se negocia com o diabo, é-se também bem capaz de vender os trabalhadores.

Palavras como: «A terra a quem a trabalha», «O povo não quer fascistas no poder», «Não a um Governo de direita», «Poder popular», «Abaixo a social-democracia», «Soares para a cadeia», foram gritadas pela multidão que se aglomerava principalmente junto das bancadas do Estádio. Aliás, foi notória a insistência com que os trabalhadores (a própria direcção do Sindicato o referiu) gritaram a sua firme disposição de pegar em armas para combater a ofensiva fascista e social-democrata e fazer avançar a Reforma Agrária e a revolução, enquanto o PCP, ultrapassado pelas massas e «a fazer alianças com o diabo», não tem outro remédio senão (na altura, é claro) ir a reboque dos trabalhadores.

No final, a manifestação dirigiu-se para o quartel, onde decorreram intervenções, ouvindo-se então, entre outras palavras de ordem: «Vasco, Vasco» e «Reaccionários fora dos quartéis» (que por diversas vezes também já haviam soado no Estádio).



Foi, de facto, um amplo movimento de massas trabalhadoras que no dia 17 inundou Beja. É evidente que vieram de vontade. É evidente que foi de vontade que responderam ao apelo do seu Sindicato. É evidente que seria divisionismo dizer: «não venham!». É evidente também que o lugar de todos os trabalhadores nesse dia era ao lado dos seus camaradas que, no campo, lutam, dia e noite, sob sol ou chuva, pela Reforma Agrária e contra a sabotagem dos latifundiários.

Tudo isto é evidente, camaradas. Mas é preciso dizer-se com clareza o que não é evidente.

O que não é evidente, camaradas, mas é verdade, é que a manifestação de Beja foi essencialmente convocada para dar mais um trunfo ao Partido Comunista para o seu jogo com o fascismo e a social-democracia nas costas dos trabalhadores, para conseguir mais uma pasta PC neste Governo (agora ainda mais) burguês.

Ou será que o PC perguntou aos trabalhadores se devia participar num Governo de direita e os trabalhadores disseram sim?

Não, camaradas.

Sempre que os trabalhadores se manifestam, salta à vista a sua recusa em se entenderem com a burguesia. Ninguém melhor do que eles sabe que entre trabalhadores e patrões não há conciliação possível. O que talvez muitos não saibam é que qualquer tentativa de conciliação só os poderá levar à derrota.

ABAIXO O GOVERNO DE DIREITA
ABAIXO A CONCILIAÇÃO DE CLASSES
POR UM GOVERNO DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
AVANÇAR, AVANÇAR, PODER POPULAR
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



EM LUTA, NA RUA OS TRABALHADORES DO ALENTEJO